



**X Congresso Português de Sociologia**  
*Na era da "pós-verdade"? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*  
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

**Secção/Área temática: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais**

**Trajetórias urbanas e modos de vida de pessoas sem abrigo ou em situação de rua no Brasil e em Portugal.**  
**Urban trajectories and lifestyle of homeless or people on the streets in Brazil and Portugal.**

**NOBRE, Maria Teresa** .Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Brasil, [tnobre7@gmail.com](mailto:tnobre7@gmail.com)

**Resumo**

O trabalho apresenta dados de uma investigação realizada na cidade de Fortaleza, no Brasil e em Lisboa, entre os anos de 2016 e 2017, sobre o cotidiano de pessoas em situação de rua/sem abrigo e suas práticas de enfrentamento aos processos de exclusão. Trata-se de uma etnografia que privilegiou a construção de narrativas de 15 pessoas no Brasil e de 7 em Portugal. Os processos de exclusão vinculados ao desemprego, às migrações, às rupturas afetivas e ao uso de drogas são evidenciados, ao lado de inúmeras maneiras de inventar o cotidiano. As ações das políticas sociais adotadas pelos dois países mostraram-se insuficientes e de pouco impacto sobre a mudança da situação, com exceção da política antiproibicionista sobre drogas adotada pelo Estado Português. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua, no Brasil, e o voluntariado, em Portugal, aparecem como principais protagonistas no enfrentamento do problema.

Palavras-chave: sem abrigo; população de rua; cotidiano, políticas sociais.

**Abstract**

The paper presents data from an investigation performed in the cities of Fortaleza (Brazil) and Lisboa, between 2016 and 2017 about the everyday life of people on the streets/homeless and their coping practices to processes of exclusion. This study consists in an ethnography that privileged a narrative construction of 15 people in Brazil and 7 in Portugal. Exclusion processes linked to unemployment, migrations, affective ruptures and drug use are evidenced, alongside innumerable ways of inventing everyday life. The actions of the social policies adopted by the two countries were insufficient and had little impact on changing the situation, with the exception of the anti-prohibition policy on drugs adopted by the Portuguese State. The National Movement of the Street Population in Brazil and volunteerism in Portugal appear as main protagonists in facing the problem.

Key words: homeless; people on the streets; lifestyle; social policies.

XAPS-40643



## **Introdução**

O aumento progressivo de pessoas em situação de rua, sem abrigo ou sem teto que atinge inúmeros países, sejam do Sul ou do Norte, reflete situações de crise política, econômica e cultural do estágio atual do capitalismo, que produz, entre outros efeitos, o nomadismo, não só geográfico, mas também no sentido proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), em *Mil Platôs: modo de vida desterritorializado*, no seio de sociedades modernas e racionalizadas. Isso faz dos sem abrigo nômades contemporâneos, que vivem processos de exclusão social, de desafiliação ou de inclusão perversa (Sawaia, 2001).

O problema assume dimensões planetárias, como revela o Relatório sobre Moradia Adequada, da Comissão de Direitos Humanos da ONU, apresentado em março de 2016, em Genebra. O documento aponta a relação entre a crise mundial no campo dos direitos humanos, o aumento da desigualdade na distribuição das riquezas e o crescimento de enormes contingentes populacionais que passaram a viver nas ruas. Remete, ainda, às questões de gênero, etnia e saúde mental, que superam, em muito o direito à moradia, apesar da relação deste com o acesso a outros direitos fundamentais, sobretudo ao trabalho, educação e saúde (AGB Urbana, 2016).

Aproximei-me deste tema em 2013, através de um projeto de pesquisa que investigava o perfil sociodemográfico-psicossocial e histórias de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Natal, no nordeste brasileiro (Arraes et al, 2017), para subsidiar a construção de políticas públicas que atendessem suas necessidades e demandas. Dois anos depois, o foco do trabalho se ampliou, deslocando-se da perspectiva institucional com ênfase na macropolítica, para uma investigação micropolítica do cotidiano, que teve como objetivo conhecer narrativas sobre modos de vida dessas pessoas e suas possíveis práticas inventivas frente às adversidades do dia a dia (Nobre et al, 2017).

Em 2016 decidi expandir a investigação para Fortaleza, outra cidade do nordeste brasileiro e para Lisboa, em busca de ampliar os dados e as análises, através do intercâmbio com investigadores que têm uma produção relevante sobre cotidiano e estudos urbanos, em outros cenários e contextos. A pesquisa foi objeto de pós-doutorado, realizado na Universidade Federal do Ceará, com passagem pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O objetivo da investigação foi conhecer trajetórias urbanas e modos de resistência dessas pessoas, através de suas narrativas

sobre suas práticas cotidianas, em Fortaleza e Lisboa. Foi norteada pelas seguintes questões: como pessoas em condições extremas inventam a vida de cada dia, habitam as cidades nas quais “nomadizam”, ocupam espaços urbanos e reinventam objetos e percursos e como enfrentam adversidades e conflitos?

No Brasil a existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno secular que remonta aos tempos coloniais, agravado pela abolição da escravatura, uma vez que os negros libertos foram deixados à sua própria sorte, sem proteção do Estado, sem trabalho, terras e moradia. As frequentes e intensas migrações entre as regiões do País, no século XX, decorrentes de processos econômicos ou socioambientais, como o ciclo da borracha no norte do País, a industrialização do sudeste, as secas no interior do nordeste que provocaram o chamado “êxodo rural”, também foram fenômenos que geraram o processo de “favelização” das grandes cidades brasileiras, com impactos sobre a existência de pessoas que passaram a morar nas ruas. Atualmente outros migrantes e imigrantes, pessoas desempregadas, regressos do sistema penitenciário, pessoas com problemas de dependência química associados à ruptura de vínculos familiares, dentre outras situações, levam contingentes enorme da população a fazer das ruas um lugar de moradia e trabalho, a imprimir modos próprios de habitar a cidade e a modificar significativamente o cenário urbano.

Entretanto, houve uma mudança no perfil da população de rua no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 2000 (Melo, 2018). Antes esse contingente era majoritariamente masculino, com faixa etária acima de 30 anos, formada por desempregados, ex-trabalhadores não mais aptos ao mercado de trabalho, alcoolistas crônicos, que viveram grande parte das suas vidas em orfanatos ou que perderam os vínculos parentais e, em grande parte oriundos das zonas rurais. Agora, esse perfil é formado majoritariamente por jovens, entre 18 e 30 anos de idade, com a presença significativa de mulheres na mesma faixa de idade, sem experiência profissional e com alta incidência do uso de crack. Viveram grande parte de suas vidas em domicílios, geralmente em favelas, mas afastaram-se do núcleo familiar por problemas decorrentes do uso da droga ou do seu comércio, que hoje se constitui como possibilidade de renda para jovens excluídos do mercado de trabalho

Durante todo esse longo período as ações voltadas a esta população foram prioritariamente de cunho caritativo ou filantrópico, com viés assistencialista, enquanto o Estado brasileiro permaneceu omissivo. Essa dívida histórica teve sua primeira reparação apenas em 2009, quando da instauração de uma política pública específica para este

segmento populacional, através do Decreto-Lei 9.057/2009 da Presidência da República. É importante ressaltar que essa política pública foi instituída em resposta à organização política do Movimento Nacional da População de Rua, sobre o qual retornarei adiante.

Neste documento define-se pessoas em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, que tem em comum a pobreza extrema, vínculos familiares frágeis ou rompidos, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza-se de logradouros públicos e lugares degradados como espaço de moradia e sustento, podendo utilizar também albergues noturnos para pernoite. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), prevê ações intersetoriais destinadas a esta população, que contemplem o direito à moradia, assistência, trabalho, educação, saúde e segurança, dentre outros e que garantam o “respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência” (Brasil, 2009).

Também em 2009 Portugal criou a primeira Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (2009-2015), visando à prevenção, intervenção e acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo e sua efetiva integração à sociedade (ENIPSA, 2009), que foi reeditada para o período 2017-2023 (ENIPSSA, 2017). A Estratégia define a condição de Pessoa Sem Abrigo como “aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre *sem tecto*, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; *ou sem casa*, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.” (ENIPSA, 2009; ENIPSSA, 2017). O documento reconhece a necessidade de intervenções articuladas e assertivas sobre a questão e resalta a importância da habitação adequada como condição para o acesso a um conjunto de direitos, tais como: educação, trabalho, proteção social, cuidados de saúde e vida em família.

A União Europeia enfrenta há muito tempo o problema das pessoas sem abrigo, (*sans-abri*), sem lar (*homeless*) ou sem-teto (*sin techo*), que é anterior ao problema da realocação dos refugiados. A diversidade de termos aponta a uma polissemia do conceito, que varia desde a noção de pessoas sem casa ou sem teto a de pessoas que vivem na e das ruas, como os trabalhadores itinerantes, pessoas sem trabalho, que vagueiam (associadas ou não à ideia de “vagabundos”), denominações que contribuem para a estigmatização dessas pessoas (Lúcio, Marques, Almeida & Carvalho (2009). Os

autores discutem a expressão sem-abrigo partindo dos termos que a constituem: a preposição “sem” que indica ausência e exclusão e o substantivo “abrigo”, que remete às ideias de casa e proteção. Entretanto, afirmam, a carência a nível habitacional, embora consensual e pragmática, não traduz a extensão do conceito, expressando apenas a realidade externa e física da questão (aspectos sociais e econômicos), negligenciando os aspectos psicológicos e subjetivos. Assim, a ausência de uma definição inequívoca a nível internacional para nomear pessoas nessa condição, leva ao uso de termos distintos em língua inglesa, francesa, espanhola e portuguesa, que enfocam um ou outro aspectos da questão: a falta/necessidade de casa ou de um teto, mas também de um lar, de proteção às intempéries, de satisfação das necessidades básicas de sobrevivência (Lúcio et al, 2009, p. 30). Segundo dados da FEANTSA (Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com Sem Abrigo) havia em 2001, dezoito milhões de pessoas impedidas do acesso a habitação, em 15 dos países da União Europeia, sendo três milhões efetivamente sem teto e quinze milhões vivendo em casas superlotadas ou sem condições dignas de habitação.

Em Portugal o fenómeno decorre de muitos fatores, com forte impacto das imigrações, sobretudo do Leste Europeu e de África, mas também de outros países europeus e de outros continentes. Submetidos às intempéries dos movimentos migratórios, encontram-se em situação de saúde precária ou dependência química, sem trabalho ou em condição de exploração laboral, sem formação profissional ou documentos regularizados, ao lado de problemas graves de desafiliação e destituição relacionados à família e outras relações afetivas (Monteiro, Policarpo, Ramalho & Santos, 2014).

Diante desses contextos nos dois países, minha investigação – embora tenha um cunho micropolítico voltado ao estudo do cotidiano de pessoas em situação de rua/sem abrigo – também elegeu como pano de fundo o impacto das políticas sociais sobre a vida dessas populações, implantadas nos dois países a partir de 2009 e outras possíveis redes de assistência, através de narrativas sobre a relação com as instituições que lhes atendem.

### **Enquadramento teórico**

Guattari (1987) denominou o capitalismo contemporâneo do final do século XX de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), por entender que ele não tem fronteiras regionais ou nacionais e opera através de um processo de desterritorialização que expande não

apenas o modo de produção capitalista, mas modos de “subjetividades capitalísticas”. Desde essa perspectiva, o autor problematizou as relações de produção do capitalismo contemporâneo, chamando atenção para o imbricamento entre sua dimensão econômica e subjetiva.

De acordo com Watson e Cuervo (2017) a ausência de legitimidade social conferida pela falta de moradia é exacerbada sob condições neoliberais que atribuem ao indivíduo a responsabilização exclusiva pelos próprios fracassos. Deste modo o problema dos sem abrigo não pode ter como único foco suas necessidades materiais, é preciso levar em conta o impacto da exclusão social sobre a subjetividade. Os autores analisaram a relação entre subjetividade, estigma e neoliberalismo e em que medida ela molda as experiências dos sem abrigo. Concluem pela necessidade de pensar em políticas sociais voltadas ao empoderamento, auto-estima e autonomia das pessoas, que superem a dimensão material do problema.

Consideramos, neste trabalho, que a ida e permanência nas ruas de pessoas sem abrigo, marcadas por muitas rupturas e processos de desafiliação, produz um intenso sofrimento ético-político. Esta categoria relaciona as injustiças políticas e econômicas aos afetos cotidianos, vivenciados por grupos submetidos às relações despontencializadoras através da humilhação, vergonha, violências, estigmatização e perda de referências (Sawaia, Albuquerque & Bussarelo, 2018). Entretanto, a perspectiva desta investigação foi de considerar que essas experiências de dor, sofrimento e perda de territórios materiais e subjetivos sobre os quais a pessoa construiu sua vida anterior surgem também como campo de novas aprendizagens inventivas, a partir do encontro com novos signos que produzem o estranhamento num mundo desconhecido e hostil, como parte de um processo de “reinvenção de si que não pode ser concebido sem o seu correlato, que é a invenção do mundo” (Kastrup, 2001).

Portanto, a hipótese da investigação foi de que as pessoas que perderam seus territórios materiais, referenciados principalmente pela moradia, criam novos territórios existenciais, num processo de desterritorialização-reterritorialização (Guattari & Rolnik, 2007), em trajetórias cotidianas que falam de modos possíveis de “cuidado de si”, construídos nas relações com os outros e como efeito de relações de poder, as quais pressupõem a resistência como elemento constitutivo dessas relações (Foucault, 1988).

Assim, fora do campo institucional onde os corpos são submetidos a um regime disciplinar de docilização (Foucault, 2005) a vida insurgente pulsa nas ruas. Sob a vida

nômade, errante ou capturada pela necessidade de sobreviver e/ou de alimentar desejos e necessidades, esconde-se a complexidade dos modos de existência que as pessoas produzem nas cidades onde circulam. Estas, marcadas pela multiplicidade de uma itinerância que é, ao mesmo tempo, material e simbólica, nos convocam a um outro olhar: enxergar aquilo que há de potência nesses modos de vida, que correm à margem das políticas sociais, mesmo se a precariedade da luta pela sobrevivência diária é alarmante.

O cotidiano foi a categoria central de análise, da qual apropriei-me através das teorizações de Michel de Certeau (2004) e de Machado Pais (2012). De ambos tomei a noção de cotidiano como algo que difere de dia-a-dia, pelo seu caráter enigmático e singular, escondido sob as operações corriqueiras e aparentemente apenas repetitivas, a serem reveladas pelo trabalho de decifração dos sentidos e lógicas que as práticas comportam, que cabe ao cientista social realizar. Por isso, a investigação realizada nos dois países não deu ênfase aos funcionamentos institucionais de equipamentos governamentais, mas priorizou os movimentos estratégicos e táticos de pessoas que vivem nas e das ruas, que a eles escapam.

Para Certeau (2004), as estratégias são ações objetivas, amplas, dirigidas a um alvo específico, em especial ao campo da Política e do Estado. São demandas, iniciativas, reivindicações, processos judiciais, ações articuladas em torno de interesses definidos, que acionam dispositivos de poder institucional. Entretanto, no cotidiano, as pessoas lidam de modo mais pontual e difuso com as adversidades, desenvolvem e inventam “artes de fazer” mais miúdas e astuciosas, que privilegiam o tempo e as circunstâncias, aproveitam acasos, a partir de pequenos interesses, desejos e necessidades. Certeau nomeia essas ações de “táticas”, capazes de conferir vitórias, ainda que frágeis e momentâneas a quem as utiliza.

É, portanto, a articulação entre a biopolítica e as práticas de resistência, sobretudo as ações táticas, miúdas e corriqueiras protagonizadas por pessoas em situação de rua/sem abrigo, o eixo principal desta investigação. Neste sentido, a biopolítica, ao mesmo tempo em que consiste na gestão da vida das pessoas e da população através de dispositivos disciplinares e de controle, engendra também, como elemento constitutivo do seu funcionamento, um contrapoder que expressa-se em práticas discursivas, corporais, desejanças, como possibilidade de produção de uma subjetividade que rompe com o assujeitamento (Dreyfus & Rabinow, 1995).



## **Metodologia**

A necessidade de uma imersão profunda no campo da investigação, ainda que breve – quatro meses em cada uma das duas cidades – me fez adotar a etnografia como método do trabalho de campo e optar por um estudo essencialmente qualitativo. Fez-me assim, escapar dos protocolos fechados em planejamentos e roteiros fixos e a lançar-me numa “busca errante no campo” (Laplantine, 2006) aberta à perspectiva de construção de um conhecimento que se estabelece a partir da relação do investigador com o campo investigado e com o que experimenta-se e vive-se nele. Esta perspectiva de trabalho afasta a neutralidade e exige do investigador uma permanente análise de implicação (Lourau, 2008), na qual é necessário avaliar movimentos, escolhas e afetações, nas relações entre ele, os sujeitos da pesquisa e as instituições que as atravessam.

O trabalho de campo, tanto em Fortaleza, quanto em Lisboa teve início com a observação situacional não interventiva, na qual o pesquisador privilegia a observação atenta e cuidadosa de fatos, acontecimentos e cenários, sem intervir na situação, a permanecer como observador externo e a dar especial atenção aos aspectos não verbais que o campo oferece (Pina-Cabral & Durão, 2013). Num segundo momento adotei a participação observante, que ao contrário da anterior, privilegia as interações sociais intensas entre investigador e sujeito, quando o primeiro passa a compartilhar experiências e vivências, preferencialmente como membro da situação (Lapassade, 2006, p. 70). Em ambas, depara-se com o desafio da escrita, que consiste em registrar em diário de campo as experiências vividas e os dados fornecidos pelo campo, bem como as suas próprias afetações, que serão material para a análise de implicação. Fizem parte dessa etapa de observação participante longas conversas com os sujeitos da investigação durante ou após a vivência de situações compartilhadas.

Caminhar é um modo de conhecer e experienciar a cidade, seus sujeitos e suas práticas e por isso, escolhi essa como a primeira porta de entrada no campo da investigação, em duas cidades que para mim eram desconhecidas. Para Michel de Certeau (2004) caminhar é um ato de enunciação, pelo qual se traça um discurso sobre a cidade. “Os passos tecem lugares, moldam espaços”, diz ele. Cada praticante, nos seus usos da cidade, nas suas maneiras de fazer, de andar, imprime uma “retórica ambulante”, que nunca se repete, ainda que os movimentos e percursos sejam os mesmos.

Para Machado Pais (2015) as deambulações pela cidade como método para observação dos sem teto, são uma maneira privilegiada de acessar a realidade dessas pessoas, através de uma aproximação mais sensorial e imagética, que se vincula menos

aos seus discursos e falas. Instiga-nos, assim, a uma “lógica da descoberta”, necessária quando trabalha-se com temas e objetos que estão à margem do discurso sociológico e nos desafiam a outras metodologias de investigação. É através dessas descobertas que pode-se desvelar “o mundo de significações que as pessoas experimentam e compartilham buscando mediações entre o particular e o global, o individual e o coletivo, o objetivo e o subjetivo” (Pais, 2015, p. 38), exercício através do qual é possível desvelar o social que se esconde por meio do imediatismo do cotidiano.

Assim, ao iniciar o trabalho de campo e antes de abordar diretamente pessoas e instituições e mesmo depois, passei a fazer longas caminhadas a pé, em dias, locais e horários diferentes, às vezes sem nenhum mapa ou trajeto definido *a priori*, apenas deixando-me levar pelas pernas e pela intuição, a conhecer a cidade e seus habitantes, com olhar e escuta atentos às pessoas em situação de rua/sem abrigo. Durante esses percursos, observei práticas cotidianas, modos de circular pela cidade, relações entre as pessoas e os usos dos espaços urbanos e dos objetos e fiz algumas fotografias. Algumas vezes retornei para acompanhar rotinas e percursos, para observar melhor o que se repete e o que se modifica, como corre a vida entre permanências e mudanças e em algumas delas, pude também conversar com as pessoas e conhecer suas histórias.

Em Fortaleza, as caminhadas pela cidade tiveram como pontos mais frequentes de observação 5 (cinco) praças no centro da cidade onde pessoas em situação de rua dormiam e passavam o dia a trabalhar, conversar ou a nada fazer.

Paralelamente, acompanhei ações desenvolvidas em uma casa de apoio a essas pessoas, uma iniciativa de religiosos e leigos católicos, em parceria com duas universidades. Nessas ações encontrei cerca de 60 pessoas em situação de rua que frequentaram regularmente a instituição no período da investigação. Nesta casa as pessoas tomam banho e lavam roupas, fazem uma pequena refeição e devem, necessariamente, participar de atividades educativas e/ou religiosas, como celebrações ou rodas de conversa e grupos de discussão sobre temáticas e problemas da população de rua: o problema da moradia, do desemprego e o uso de drogas. Também compartilham-se experiências de amizade, trabalho informal, projetos de futuro, relações com a família e com as instituições das quais são utentes. Durante quatro meses participei semanalmente dessas rodas de conversa e de outros eventos, através dos quais pude identificar pessoas para conversar mais profundamente, depois. Entre caminhadas e participação nessas ações ouvi e registrei 15 narrativas sobre modos de viver nas ruas e fiz registros fotográficos. Por fim, foram realizadas entrevistas com 5 (cinco)

instituições que trabalham com esse público: duas instituições religiosas, duas instituições governamentais e com um líder do Movimento Nacional da População de Rua. Em Lisboa, numa segunda etapa, o trabalho também foi realizado por meio da observação participante através do acompanhamento da ação de um grupo de voluntários que distribui alimentos aos sem-abrigo todas as noites e que abrange praticamente todo o perímetro urbano da cidade. Nestas voltas encontrei cerca de 200 pessoas sem abrigo. Pude também mapear pontos de concentração dos sem abrigo na cidade, observar onde e como dormem, moram ou ocupam espaços urbanos. Ouvi muitos depoimentos acerca das adversidades da vida na rua e a relação entre pessoas que dividem condições semelhantes de sobrevivência, seus pontos de apoio e os conflitos e divergências, identificando alguns com quem poderia conversar em profundidade, posteriormente. Através dessas observações e conversas pude aproximar-me da diversidade e da complexidade deste fenômeno. Três portugueses, duas mulheres romenas, um ucraniano e um moçambicano, compuseram um mosaico de experiências muito singulares e diversas, mas também convergentes em alguns pontos, que expressam a problemática dos sem abrigo em Portugal: sem abrigo imigrantes; imigrantes sem abrigo; e portugueses sem abrigo. Esta classificação é operada a partir do conceito weberiano de tipos ideais. De acordo com pesquisa realizada por Monteiro, Policarpo, Ramalho & Santos (2014), no primeiro grupo encontram-se imigrantes para os quais a situação de pessoa sem-abrigo não depende, diretamente, da condição de imigrante. Trata-se de pessoas que construíram uma trajetória no país e, posteriormente, vivenciaram processos de desafiliação, semelhantes a de muitos cidadãos portugueses (crises financeiras, doenças, rupturas afetivas, etc.). A partir de então passaram à destituição: morar nas ruas ou a depender das instituições de acolhimento para sobreviver. No segundo grupo, a situação de sem abrigo é diretamente ligada ao fato de ser imigrante. A pessoa vive processos de destituição simultaneamente a um processo de desafiliação, próprios da condição de imigração (situação de opressão e violação de direitos humanos no país de origem que a fizeram imigrar, insegurança, doenças, desemprego, etc) que se distinguem dos processos de exclusão social vividos pelos portugueses e agravadas pelo fato de serem estrangeiros.

Com cada um dos meus interlocutores tive dois ou mais longos encontros, nos locais onde dormiam ou trabalhavam. Realizei também 4 (quatro) entrevistas com gestores de instituições e coordenadores de projetos que tem esse público como utentes: uma comunidade religiosa, duas organizações não governamentais (ONGs) e um serviço de

saúde mental para refugiados e sem abrigo de Lisboa. Não consegui entrevistar gestores da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e da equipa da Câmara Municipal de Lisboa responsável pela intervenção junto aos sem abrigo, porque não houve disponibilidade de agenda delas no período em que estive na cidade. Por fim, realizei 3 (três) entrevistas com investigadores de instituições universitárias que trabalham com o tema das migrações, pessoas sem abrigo e refugiados em Portugal.

### **Resultados: os achados da investigação**

Em Fortaleza foram construídas 15 narrativas. Quanto ao gênero, 14 pessoas declararam orientação heteressexual, sendo dez do gênero masculino, quatro do gênero feminino e uma travesti. Um dos rapazes tinha idade de 29 anos, oito pessoas tinham entre 30 e 40 anos, três delas entre 41 e 50 anos e três entre 56 e 60 anos. Mais da metade (9 pessoas) eram naturais de Fortaleza, três de outros estados da Região Nordeste do Brasil, duas da Região Norte e uma da Região Sudeste.

Em Lisboa foram construídas 7 narrativas. Todos e todas declararam-se de orientação heteressexual, sendo cinco do gênero masculino e duas do gênero feminino, imigrantes da Romênia. Três homens eram naturais de Portugal, das cidades de Lisboa, Évora e Bragança, havia um moçambicano e um ucraniano, que era o mais jovem dos sujeitos, com 39 anos. As mulheres tinham 47 e 48 anos e os demais homens tinham entre 42 e 58 anos.

A partir do material produzido pelas observações (situacionais não interventivas, participantes e itinerantes), conversas, entrevistas e fotografias construí um inventário de narrativas composto por fragmentos discursivos e imagéticos, que foram categorizados em 3 blocos temáticos:

#### **1. Trajetórias urbanas, cotidiano e modos de vida:**

Muitas e múltiplas razões foram alegadas para que as pessoas estejam em situação de rua/sem abrigo, sempre relacionados a perdas: uma tragédia pessoal ou familiar, um acontecimento dramático, crítico ou um dano às vezes irremediável. Na maioria das vezes, nos dois países há mais de um motivo, o que agrava a possibilidade de superação da condição de permanência nas ruas.

No Brasil, as pessoas alegaram o desemprego, demissão de trabalhos anteriores ou a impossibilidade de tê-los, como no caso de um dos homens que era ex-presidiário, dadas as dificuldades de aceite de pessoas com esse perfil em postos de trabalho. O uso

de álcool e outras drogas (sobretudo o crack, em geral associado à maconha e ao álcool) também foi mencionado, havendo um ex-trafficante entre os sujeitos entrevistados. Todos os usuários de crack, totalizando 9 pessoas, tinham menos de 40 anos. Esses dados corroboram a tese de que houve, no Brasil, uma mudança no perfil da população em situação de rua a partir da segunda metade dos anos 2000, como citado anteriormente (Melo, 2018).

Há, também, outros motivos subjetivos ligados a perdas emocionais profundas como a morte ou separação de pessoas queridas, a violência doméstica e ao prazer do sexo, no caso da travesti, que passa muitos dias “morando na rua”, porque “gosta de se misturar”, embora tenha casa e família. A maioria das pessoas era da própria cidade de Fortaleza, mas chamam atenção os processos migratórios internos em seis dos casos de pessoas que vieram de outros estados do País.

Em Lisboa, há também uma diversidade dos motivos que levam à ida ou à permanência das pessoas nas ruas, mas é relevante a presença dos imigrantes, vindos do Leste Europeu e de África (Monteiro et al, 2014). Todos em busca de trabalho, inclusive os dois portugueses emigrantes, havendo um caso de procura por tratamento de saúde para parentes, de uma das mulheres estrangeiras. Há também motivos subjetivos, como de um ex-presidiário, que tem família em Lisboa, mas não quer depender financeiramente dela para sobreviver e “prefere estar na rua, como uma questão de dignidade”.

Compondo esse cenário, surpreende, sobretudo, as pessoas enquanto praticantes dos espaços (Certeau, 2004) e a sua habilidade em fazer uso deles, numa mistura de modos de viver, habitar e circular pela cidade, nos dois países. Neste sentido observei dois padrões de ocupação dos espaços urbanos: aquele que se organiza como espaço estruturado e fixo, onde as pessoas efetivamente moram, improvisam casas e ali desenvolvem rotinas diárias, guardam seus objetos e mantém uma “constância” de práticas e fazeres diários; o outro padrão é de pessoas que mudam diariamente seus percursos e roteiros, estão mais frequentemente a andarilhar pela cidade, em trajetos mais errantes e improvisados, sem que criem “raízes” ou vínculos mais permanentes com os espaços e que praticamente “carregam a casa nas costas”, em sacos, bolsas e mochilas ou embrulhos. Nestes casos, as pessoas não estão vinculadas, nem se identificam, como ocupantes de um espaço geográfico, nem mesmo para dormir, trocando de praça ou de ponto, muitas vezes. Escadarias de igrejas, viadutos, parques e jardins, edifícios e comboios abandonados, portas de estações de metro, praças,

configuram-se como verdadeiros dormitórios noturnos em cenários que mudam ao longo do dia, pois os espaços se transformam completamente com a abertura do comércio e de outras atividades urbanas, como o turismo, no início da manhã, fazendo da provisoriedade a marca mais evidente da vida nas ruas.

As pessoas referiram que a distribuição de alimentos é diária, em Lisboa, por muitos grupos de voluntários, o que por vezes permite que se guarde a comida de um dia para o outro. No Brasil, esse acesso é mais espaçado e por vezes concentrados em dias da semana quando se trata de distribuição por voluntários, mas pode-se contar com refeições diárias em algumas instituições públicas e filantrópicas ou em restaurantes populares a baixo custo, embora em quantidade muito aquém do que o necessário.

Os modos simples e às vezes sujos de vestirem-se facilmente identifica as pessoas como sendo “moradores de rua” ou sem abrigo, remetendo à noção de *habitus* (Bourdieu, 1999) enquanto sistema de disposições duráveis e incorporadas que permite a classificação dos agentes dentro de um campo e que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações. De fato, essas pessoas possuem uma estética incorporada como uma segunda natureza, pela qual são comumente identificadas e discriminadas e não raramente alvo de abordagem e agressões arbitrárias, inclusive ou sobretudo, pela polícia, no caso brasileiro.

Há muitos não documentados, em ambas as cidades, com graves consequências sobre a mobilidade e o acesso a serviços públicos e ao trabalho, fato que é mais grave em Lisboa, para os imigrantes, quanto às possibilidades de poder voltar ao seu país de origem. Um dos meus interlocutores, um ucraniano, encontrava-se nesta situação. Vivia há 15 anos em Portugal, mas já não tinha mais passaporte, o que o impedia de regressar à sua cidade “de férias”, para rever a família. Porém, não queria ir definitivamente, pois dizia gostar da vida que tem em Lisboa, exceto nos dias de chuva, quando não pode abrigar-se bem sob sua tenda por trás de um mercado público.

Ao contrário das representações de vadiagem e vagabundagem, que remetem à recusa do trabalho, muitas pessoas em situação de rua/sem abrigo adotam a crença dominante de que é preciso ganhar a vida com o suor do rosto. Em Lisboa, quatro dos meus interlocutores desenvolviam atividade de trabalho regular como arrumadores de carros ou vendedores de revistas, dois estavam à procura de trabalho e um não tinha essa preocupação, vivendo do que lhes dão as carrinhas, os turistas e amigos. Em Fortaleza, apenas três exerciam atividade regular de artesanato, feirante e vendedor

ambulante, a travesti vivia da prostituição e os demais estavam à procura de trabalho, por vezes eram catadores de material reciclável ou exerciam alguma atividade esporádica, sobretudo as mulheres, como trabalhadoras-a-dias, em serviços de limpeza. Dois dos meus interlocutores, um em Fortaleza e outro em Lisboa, conseguiram alugar um quarto para morar, onde podiam dormir, fazer higiene pessoal e ter privacidade, mas a renda não era suficiente para prescindir dos serviços públicos ou filantrópicos de alimentação. Ambos viviam entre não morar nas ruas, mas delas extrair as condições básicas de sobrevivência: o trabalho e a comida.

Em ambas as cidades vi também muitos artistas de rua e pessoas a pedir ajuda nos comboios, metros ou autocarros, às vezes a vender algum objeto ou a fazer uso de animais para mendigar. Nestas situações chamou-me atenção as astúcias da retórica de convencimento dos sem abrigo junto aos potenciais doadores ou compradores. Há também aqueles que nunca pedem, nem mendigam: acham indigno ou têm vergonha de fazê-lo, embora cheguem a revelar que podem cometer pequenos furtos para sanar alguma necessidade ou desejo. Em Lisboa ouvi de um dos interlocutores que chegou a ser preso por ter furtado uma fruta, tendo sua irmã pagado uma fiança para soltá-lo. Em Fortaleza ouvi dois depoimentos semelhantes, ambos por causa da droga. A associação entre o uso abusivo de drogas e a criminalidade ficou evidente nestes casos, seja como condição para executar o delito, seja como meio para adquirir a droga. De fato, observa-se uma fronteira muito tênue entre ética e moral, legalidade e legitimidade, nos códigos da vida na rua (Telles, 2010)

Com exceção das mulheres, todos os meus interlocutores em Lisboa referiram cultivar algum ócio: um deles tem um saco de livros, que lhe dão os voluntários das carrinhas e vive a lê-los todos os dias, outro tem uma viola, que guarda em uma loja enquanto trabalha como arrumador de carros, os demais referem gostar de filmes e de televisão, que assistem nas estações de metro e também de verem os artistas de rua e espetáculos de música ao ar livre, na primavera e verão. Todos disseram que gostam de encontrar amigos em situação de sem abrigo e que eles são como “uma família na rua”. Alguns mencionaram desconfiança com seus pares, já terem sido alvo de pequenos furtos cometidos por “gente como nós” e a solidão por “estarem ou sentirem-se sós”.

Em Fortaleza, as pessoas também referiram amizades ou o fato de terem encontrado uma “família substituta, já que perdemos a nossa”, formada por pessoas na mesma condição. Alguns dizem que gostam de fazer coisas juntos, como ouvir música, conversar e beber ou usar drogas. Referem também a desconfiança e alguns alegaram

já haver sido roubados pelos seus pares. Essa situação é mais dramática quando envolve o uso de drogas, como ouvi certa vez de uma mulher, que havia perdido tudo o que tinha por ter confiado seus poucos pretences aos cuidados de uma pessoa em situação de rua que vendeu-os para comprar droga, numa ação que fere os códigos da rua, entre os quais está o de “ser proibido roubar os companheiros e pessoas nos arredores de onde se vive”. Na casa de apoio que frequentei como parte do meu campo de investigação ouvi muitos depoimentos de pedidos de ajuda, cuidado mútuo e busca por alternativas coletivas para a resolução dos problemas cotidianos. Em alguns eventos vi muitos talentos de pessoas em situação de rua: cantores, músicos, capoeiristas, desenhistas, grafiteiros, poetas, o que remeteu a alguns relatos sobre projetos de futuro e desejo de outros modos de vida.

## **2. Relações com as instituições e impactos das políticas sociais**

Uma vez que a investigação teve como foco o cotidiano e os modos de vida de pessoas em situação de rua/sem abrigo, não foi seu objetivo conhecer as relações das pessoas com as instituições, a não ser quando estas faziam parte das suas rotinas e de práticas frequentes. Desta maneira esse aspecto tem um lugar secundário na investigação ou mesmo tangencial. O que pude observar, diretamente, nas duas cidades, foi o pouco impacto das políticas sociais sobre a existência dessas pessoas, que descrevo a seguir.

Poucas pessoas entre os meus interlocutores, acessam os serviços públicos para pernoite, como albergues noturnos. Reclamaram dos horários e rotinas inflexíveis, da falta de privacidade e do fato de dormirem ao lado de desconhecidos, pessoas com possíveis problemas de doença ou de caráter e com hábitos muito diferentes. “Melhor é estar na rua e ser livre”, foi o que ouvi de alguns, nas duas cidades. Quase todos, porém, nos dois países, fazem uso de instituições filantrópicas. Quando indagados acerca disso todos referiram as regras rígidas e o mau atendimento por parte dos profissionais dos serviços públicos, muitos dos quais preconceituosos e autoritários. Em Fortaleza e Lisboa relataram humilhações e estigmatização contra pessoas com transtornos mentais e patologias psíquicas e com afetos e sexualidades divergentes dos padrões normativos, por parte de profissionais que atendem nestas instituições, configurando um quadro de sofrimento ético-político (Sawaia *et al*, 2018). Em Lisboa os imigrantes do Leste Europeu relataram problemas com a língua e a falta de um atendimento especial para si. Uma das instituições não governamentais também foi



duramente criticada quanto às relações e condições de trabalho e autoritarismo dos gestores. Tratava-se de uma instituição de geração de renda para os sem abrigo, por meio da venda de seus produtos. A escassez de serviços e problemas de mau atendimento também foram referidos aos centros de referência em assistência social e programas de saúde ou voltados à inserção dessas pessoas através de projetos de educação, moradia e trabalho, sobretudo quando trata-se de instituições públicas, no caso brasileiro.

Do ponto de vista dos profissionais que trabalham com essas pessoas há uma avaliação positiva das ações, apesar de apontarem limitações frente à complexidade do fenômeno, sobretudo no que se refere à articulação dos serviços entre si, na busca de soluções mais amplas e profundas.

Tive a impressão de que as pessoas em situação de rua/sem abrigo, nas duas cidades, parecem totalmente desassistidas pelo Estado, sem acesso aos direitos básicos e fundamentais, a configurar o que Venturini (2009) chama de círculo perverso de exclusão. Entretanto, gera-se uma situação de “inclusão perversa” (Sawaia, 201), pois com a criação de políticas sociais e estratégias de intervenção, elas tornam-se objeto de gestão, ação pública e intervenção governamental, adquirem visibilidade, mobilizam recursos humanos e orçamentários (Rui, Martinez & Feltran, 2016), mas as ações efetivamente operadas não tem a potência de garantir-lhes uma condição de cidadania e dignidade, embora criem a ilusão desta conquista (Monteiro, Coimbra, Mendonça Filho, 2006). O acesso às instituições é limitado e precário e nos casos em que ocorrem não há continuidade de ações e projetos capazes efetivamente de propiciar a saída das ruas, de modo que a desinstitucionalização é abrupta e desassistida.

A exclusão social no caso das pessoas em situação de rua/sem abrigo está frequentemente associada à imagem de periculosidade e criminalidade dos excluídos, compartilhada por muitos habitantes da cidade, que colocam como pares de oposição: de um lado, nós (cidadãos de bem) e do outro, eles (os “marginais”). Essa discriminação e humilhação “é o que mais dói na rua”, segundo ouvi de alguns dos meus interlocutores, em Lisboa e Fortaleza. Temos nesse processo uma dupla exclusão: do Estado e da sociedade. Essa afirmação foi confirmada em conversas que tive com donos de lojas e transeuntes nas praças de Fortaleza, que referiram-se às pessoas em situação de rua como “vagabundos, sujos, preguiçosos e perigosos” e não escondiam o desejo de que dali fossem retirados à força, pela polícia.

No caso de Portugal o maior impacto observado de uma política social sobre a vida de pessoas em situação de sem abrigo parece-me estar diretamente vinculado ao modelo anti proibicionista do Estado Português com relação ao uso das drogas ilícitas.

A legislação que descriminaliza o consumo de qualquer droga em Portugal, estabelece um limite de porte uniforme, definido em 10 doses diárias. A comercialização e tráfico de qualquer tipo de droga continuam sendo crime, mas “a lei portuguesa avançou no sentido de que considera tratar os dependentes muito mais importante do que prender os traficantes” (Mendes, 2018). Do ponto de vista da segurança a polícia passou a focar mais nos traficantes e produtores e a encaminhar para tratamento os consumidores; houve redução de crimes relacionados ao consumo de drogas e diminuição do número de presidiários. Do ponto de vista da saúde houve redução dos efeitos colaterais do uso, como a infecção pelo HIV e as mortes por overdose. De acordo com o [Serviço de Intervenção em Comportamentos de Vício e Dependências \(SICAD, 2016\)](#), não houve variação do consumo em termos estatísticos entre 2001 e 2015. Também não se alterou o perfil das drogas mais consumidas, com exceção do surgimento do Ecstasy. Decerto, nem tudo foi bem sucedido e há problemas quanto a alguns padrões de uso, que estão sendo avaliados pelo SICAD. Mas parece inegável que o impacto dessa política foi altamente positivo para uma população vulnerável e propensa à criminalização, como os sem abrigo.

Todos os meus interlocutores em Lisboa, faziam uso de álcool e tabaco e dois deles mencionaram o uso de heroína em fases anteriores da vida, um dos quais com passagem pela prisão e ambos com períodos de internamento para recuperação. Embora tenha encontrado pessoas que visivelmente haviam feito uso de substâncias psicoativas, não observei práticas vinculadas ao tráfico ou à criminalidade, como no Brasil. Esse dado foi confirmado em entrevistas com investigadores de instituições acadêmicas a quem pude indagar sobre o tema, que ressaltaram a importância de considerar o problema como caso de saúde pública e não de justiça criminal e de desenvolver ações de tratamento baseadas num paradigma de redução de danos e de reinserção social e não da punição.

No Brasil o tráfico de drogas sempre esteve ligado a uma disputa por terras e territórios e a criminalização do seu consumo foi marcadamente um processo de criminalização da pobreza (Souza & Gomes, 2019), ao identificar consumidores ou traficantes a partir de um recorte de classe social que penaliza os pobres e poupa a classe média-alta e alta.

De acordo com Souza e Gomes (2019) a emergência do crack foi identificada como uma prática característica de moradores de rua, indo de encontro a representações sociais anteriores que consideravam a existência do fenômeno como um problema de ordem social a convocar o assistencialismo e solidariedade da sociedade. O crack, alvo de uma verdadeira operação corporativo-midiática, associou seus principais consumidores que são pessoas em situação de rua e moradores de favelas à responsabilidade pela insegurança pública, o que tem justificado ações truculentas das forças policiais, que chegam a cometer assassinatos e até execuções sumárias contra a população de rua. Ainda de acordo com os autores, embora a legislação brasileira tenha avançado e definido penas mais brandas para pessoas flagradas com drogas (crack, maconha, cocaína e outras), recomendando tratamento e não prisão para elas, o sistema assistencial-médico tem se voltado mais à punição do que ao cuidado e à assistência.

Das 15 pessoas que fizeram parte do estudo em Fortaleza, duas não faziam uso de qualquer substância, 4 usavam álcool e 9 usavam álcool e crack, além de tabaco. Alguns passaram por comunidades terapêuticas para tratamento da dependência de crack, mas sofreram recaídas ao retornar ao convívio social e um deles foi preso durante a realização da investigação. Apesar de haver Centros de Atenção Psicossocial na rede de saúde mental e equipes de Consultório na Rua na Atenção Primária que deveriam atender prioritariamente pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, sobretudo as que estão em situação de rua, há pouca efetividade nessas ações e frequentemente recorre-se à internação psiquiátrica ou a comunidades terapêuticas religiosas que tem viés fortemente repressivo e culpabilizante. O paradigma é o da abstinência e não da redução de danos, de modo que a recuperação das pessoas é algo raríssimo no cenário das ruas.

### **3. Protagonismo e mudança social**

Do ponto de vista da mudança social, destaco ações que se articulam social ou politicamente, que se dirigem à busca das soluções ou conquista de direitos, seja através de movimentos sociais ou grupos de ajuda. Em Portugal essas ações têm como principal protagonista o voluntariado e, no Brasil, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

No Brasil, a situação de pessoas em situação de rua ganhou visibilidade em 2004, por ocasião de um massacre de um grupo de moradores de rua realizado por agentes policiais na Praça da Sé, em São Paulo e trouxe à tona a situação de homens, mulheres,

crianças, adultos e idosos que vivem nas e das ruas, marcada por graves violações de direitos humanos, dentre as quais o direito à vida, tendo em vista os números alarmantes de homicídios e execuções policiais e da própria sociedade contra essa população.

O massacre da Praça da Sé corrobora a tese de que “onde há poder há resistência” (Foucault, 1988), pois ao causar comoção, revolta e indignação, o acontecimento foi a alavanca para a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que ao pressionar o Estado por garantia de direitos fundamentais e inalienáveis, fomentou a criação de uma política pública específica para essa população.

Hoje este movimento social está presente em 15 estados brasileiros e desde sua criação conquistou alguns espaços de controle social: Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Saúde, Assistência Social, de Políticas sobre Drogas, de Habitação de Interesse Social. Além disso, executam projetos de economia solidária, eventos artísticos e educativos, em geral apoiados por órgãos de direitos humanos e outros movimentos sociais. Por meio desta participação suas lideranças têm apresentado reivindicação ao Estado brasileiro ligadas aos direitos e à cidadania, fazendo eco ao que dele esperam milhares de pessoas em situação de rua no País, que chegam a mais de 50 mil em todo território nacional (Brasil, 2008). No seu exercício de autonomia e protagonismo e na efetivação de uma resistência política e consciente costumam afirmar: “nada sobre nós, sem nós” e recusar o lugar de tutela perante o Estado e a sociedade. Creio poder afirmar através desta investigação e do trabalho que desenvolvo junto a este movimento social em Natal, que à luta política tem-se agregado a solidariedade e as relações de amizade, apoio mútuo e confiança entre seus membros, o que tem ressignificado a vida de muitos e fomentado a construção de projetos de futuro para alguns.

Em Portugal chama atenção a presença do voluntariado, cuja ação é muito valorizada na sociedade portuguesa e indica um impacto positivo, sobretudo no âmbito da vivência de valores. O exercício de voluntariado assume relevância na prática de uma cidadania ativa, que contribui para o desenvolvimento do diálogo, na mitigação de conflitos e no desenvolvimento de um sentido de responsabilidade cívica e de pertença. Suas ações são embasadas em valores universais, como: o desejo de contribuir para o bem comum, num espírito de solidariedade e gratuidade, motivados pelo desejo de justiça, igualdade e liberdade (Dias, 2014, p. 11).

De acordo com Rego (2017), há inúmeras entidades que desenvolvem ações com os sem abrigo: preparação e distribuição de refeições diárias em praticamente todas as

zonas da cidade; distribuição de cobertores, sacos de cama e produtos de higiene; articulação com as Juntas de Freguesia para oferta de banhos e higiene; projetos de apoio emocional através da conversa como veículo para acolher e minimizar a solidão; projetos de saúde e cuidados médicos na rua, medicamentos e encaminhamentos para serviços de saúde; acompanhamento a crianças ou jovens através de atividades lúdicas e pedagógicas que promovam autonomia e desenvolvimento de talentos; cacifos solidários onde podem guardar seus bens e pertences, com segurança e dignidade.

Durante o trabalho de campo observei entre os voluntários algumas ações e discursos que variam entre o assistencialismo, caridade e compaixão, com pouca criticidade acerca da realidade social dos sem abrigo e outros que, ao contrário, fazem referência aos direitos humanos, consciencialização da sociedade, solidariedade e igualdade. Vi algumas vezes pessoas sem abrigo recusarem alimentos nas voltas noturnas das carrinhas, mas não tive oportunidade de indagar-lhes o porquê. Embora a recusa sugira sentimentos de dignidade, a percepção de alguns voluntários é de que “estavam drogadas” ou eram “malcriadas”.

Seja como for, não obstante as lacunas e as críticas que possamos fazer aos limites dos trabalhos dos movimentos sociais e do voluntariado, parece-me poder afirmar, a partir do trabalho de campo realizado, que o impacto dessas ações sobre a realidade dos sem abrigo é maior e mais eficaz do que as ações e programas governamentais. Movimento social e voluntariado são, portanto, quando não capturados pelas lógicas perversas da sedução dos micropoderes, duas faces de uma possível resistência aos modos de operar da biopolítica e da produção de subjetividades capitalísticas, como refere Guattari (1997).

## **Conclusões**

As especificidades dos modos de vida nas ruas mostraram-se muito singulares nas duas cidades investigadas, de modo que, ao final desta etnografia retifiquei a impossibilidade de fazer deste, um estudo comparativo. Diferenças geográficas, culturais, sociais, climáticas e políticas, configuram realidades muito distintas ou mesmo, incomparáveis, entre as duas cidades investigadas. As considerações feitas aqui, portanto, tem a função de problematizar aspectos de aproximação ou afastamentos verificados nesses contextos, sem a pretensão de estabelecer comparações, inclusive levando em conta o tempo da investigação e da minha aproximação com o campo, que no Brasil vai ao cabo de mais de 5 (cinco) anos. Como dito na introdução, após esse

tempo de trabalho na minha cidade Natal, mudei-me para Fortaleza onde fiquei por 4 meses e depois em Lisboa, por mais quatro. Deste modo, os dados da presente investigação nas duas últimas cidades, ainda são preliminares.

Entretanto, creio poder afirmar que a hipótese da investigação se confirmou quanto ao processo de desterritorialização-reterritorialização dos espaços materiais e simbólicos de pessoas em situação de rua e sem abrigo, quando perdem suas referências anteriores. Essas novas práticas de aprendizagens impostas por uma nova realidade inóspita e hostil leva à produção de novas táticas para enfrentamento das adversidades na rua, frente a situações de carência extrema, mas também de potencialidades. Como disse Michel de Certeau (2004), o cotidiano é inventado por operações de caça não autorizadas, o que faz do homem e da mulher em situação de rua/sem abrigo, antes de tudo uma pessoa potencialmente forte, embora vulnerável aos riscos de uma vida incerta e perigosa.

Fazer essa afirmação não significa romancear ou minimizar as precariedades da vida crua e destituída de direitos, quase sempre encurtada nas ruas, apenas retira das pessoas em situação de rua/sem abrigo a condição de vitimização com as quais as vezes são identificadas. Por outro lado, conhecer e compreender seus modos de vida também retira de nós a ideia de culpabilização e periculosidade com as quais às vezes as identificamos.

A exclusão social que se reproduz cotidianamente nas cidades investigadas evidencia entre outros aspectos tensões entre Estado e sociedade, mas também, na contramão, aponta caminhos de participação, protagonismo, autonomia e emancipação social, para a necessária efetivação dos direitos humanos, que inclui o direito à cidade e à cidadania plena para todos os seus habitantes, natos ou migrantes.

É inegável que a situação é dramática e exige medidas urgentes para sua superação, que não se encerra no direito à habitação, mas exige a garantia de outros direitos fundamentais como: trabalho, educação, saúde, assistência, lazer, cultura, etc. Para tanto, faz-se necessária a articulação entre a criação de políticas sociais pelo Estado com as entidades da sociedade civil e com as próprias pessoas em situação de rua/sem abrigo. Essas medidas, entretanto, não podem prescindir de um conhecimento profundo dos modos de vida dessas pessoas, suas histórias e valores, suas trajetórias, necessidade e desejos. A falta desse conhecimento provavelmente está na origem do mau atendimento das instituições, sobretudo públicas, cujas práticas produzem um imenso fosso entre o que está previsto nas diretrizes formais de projetos e programas

governamentais e a execução das ações institucionais cotidianas, marcadas pela burocracia e por regras que não raramente mantêm-se distantes da vida como ela é, fora dos seus muros. Deste modo, espero que esta etnografia, que investigou ações miúdas e corriqueiras, porem carregadas de sentido, possa contribuir ao conhecimento dessas vidas invisibilizadas, que sequer aparecem nas estatísticas oficiais, nos dois países.

### **Agradecimentos**

Ao Prof. José Machado Pais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e à Profa. Irllys Barreira, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará/Brasil (UFC), que supervisionaram a investigação de pós-doutorado que deu origem a este artigo. Sou grata pela escuta atenta, pelo interesse com que acompanharam a investigação, pelas valiosas sugestões.

### **Nota**

Por decisão pessoal a autora do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

### **Referências**

AGB URBANA. Associação de Geógrafos Brasileiros. (2016). Se vocês tivessem me encontrado há 16 anos, não dariam nada pela minha vida”. Disponível em: <https://agburbana.wordpress.com/category/relatorios/> Acesso em março. 2016.

Arraes, A. K. A., Nobre, M. T., Coutinho, F. J. & G. E. (2017) Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: A experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 22(4), out-dez.

Brasil (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: Autor.

Brasil (2009). *Decreto n. 7.053*, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF.

Certeau, M. (1994/2004). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1995) *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Dias, T. M. G. G. (2014) *O Voluntariado como promotor da vivência de valores e construtor de uma cidadania ativa*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.
- ENIPSA. Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem Abrigo: prevenção, intervenção e acompanhamento (2009-2015). Recuperado de: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa\\_2009\\_2015](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015)
- ENIPSSA. Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023). Plano de ação 2017-2018. Recuperado de: <http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Plano+de+A%C3%A7%C3%A3o+2017-2018/b1bb09e5-e4f5-47a0-a1e1-0a00abf7c9fa>
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guattari, F (1997). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986/2000). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Kastrup, V. (2001). Aprendizagem, arte e invenção. *Psicologia em Estudo*, 6(1), 17-27. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722001000100003>.
- Laplantine, F. (2005). A descrição etnográfica. São Paulo: Terceira Margem.
- Lapassades, G. (2006) *As microssociologias*. Petrópolis: Vozes
- Lourau, R. (2004). O instituinte contra o instituído. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC.



- Lucio, J., Marques, F., Almeida, L. & Carvalho, R. *Estratégias para auxiliar os sem-abrigo na cidade de Lisboa. Relatório Final*. Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Lisboa; Columbia University.
- Melo, T. (2018) Mundos que refugam, ruas como refúgio: Reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan Fernandes* (3), 1.
- Mendes, O. *14 anos após descriminalizar todas as drogas, é assim que Portugal está no momento*. Recuperado de <https://awebic.com/democracia/como-portugal-descriminalizou-as-drogas-e-e-um-exemplo-para-o-mundo/>
- Monteiro, A., Coimbra, M. C. B., & Mendonça, M. (2006). Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade* 18(2), 7-12.
- Monteiro, T. L.; Policarpo, V.; Ramalho, V. & Santos, I. (2014) *Imigrantes sem abrigo em Portugal*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI): Lisboa.
- Nobre, M. T., Moreno, N. S., Arraes, A. K. A. & Souza, E. (2018) Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. *Psicol. Soc.* (30), e175636. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30175636>.
- Pais, J. M. (2001). Jovens “arrumadores de carros”: as sobrevivências nas teias da toxicodependência. *Análise Social* (46), 373-397.
- Pais, J. M. (2012). *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. 5ª. edição. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, J. M. (2015). Deambulações cotidianas: a emergência de um método na observação dos sem teto. *Estudos de Sociologia* (1), 21, 35-72.
- Pina-Cabral, J.& Durão, S. (Org) (2013). Exercícios de escrita etnográfica. Lisboa numa tarde de julho de 2012. *ICS Estudos e Relatórios*. Editora ICS: Lisboa.
- Rego, E. R. S. F. (2017) *Sistema de Resguardo para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

Rui, T., Martinez, M., & Feltran, G. (2016). *Novas faces da vida nas ruas*. São Paulo: EdUFSCar.

Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sawaia, B., Albuquerque, R. & Busarello, F. (2018). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Alexa Cultural.

SICAD. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (2016). *Relatório Anual. A situação do País em matéria de drogas e toxicodependências*. Recuperado de: [http://www.sicad.pt/PT/Publicacoes/Paginas/detalhe.aspx?itemId=129&lista=SICAD\\_PUBLICACOES&bkUrl=BK/Publicacoes/](http://www.sicad.pt/PT/Publicacoes/Paginas/detalhe.aspx?itemId=129&lista=SICAD_PUBLICACOES&bkUrl=BK/Publicacoes/)

Souza, T. P. & Gomes, C. L. T. (2019). Territórios em conflito: o crack, população de rua e cidades. In: Nobre, M. T; Arraes, A.K. A.; Medeiros, F. C. & Matos, A. C. V. *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!* EDURN, Natal

Telles, Vera (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. São Paulo: Fino Traço

Venturini, E. A cidade dos outros. *Factral: Revista de Psicologia* (21),203-222.

Watson, J.& Cuervo, H. Youth homelessness: A social justice approach. *Journal of Sociology* (53), 2, p. 461-475, 2017. <https://doi.org/10.1177/1440783317705204>